

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS

MAPEAMENTO DAS DIFICULDADES NA ÁREA DE SAÚDE E DISCUSSÃO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa, sob a presidência do deputado estadual Gustavo Sebba, promoveu na quinta-feira dia 28.05.15 audiência pública com secretários e representantes municipais da área da saúde do Estado de Goiás no Auditório Costa Lima. A iniciativa do parlamentar teve o objetivo de mapear as dificuldades da saúde pública nos municípios goianos em busca de possíveis soluções. Compareceram 140 representantes municipais, sendo 60 secretários de saúde.



Ao final das audiências públicas serão apresentados relatórios com as demandas das cidades para funcionar como suporte em elaboração, sugestão de projetos de lei, além de levar às demais autoridades competentes. Conforme garantiu o deputado, essa é a primeira de uma série de audiências que devem acontecer em prol da saúde.



Fizeram parte da mesa o presidente da Assembleia, deputado Hélio de Sousa; os deputados Dr. Antônio, que também é vice-presidente da Comissão e Lincoln Tejota, o coordenador do Centro Operacional de Saúde do Ministério Público, promotor de Justiça e Coordenador do Centro Operacional de Saúde do Ministério Público Erico de Pina Cabral, o superintendente de Educação, Saúde e

Trabalho para o Sistema Único de Saúde, Nelson Bezerra Barbosa, o presidente do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, Venerando Lemes de Jesus, o diretor comercial da Indústria Química do Estado de Goiás (IQUEGO), José Macedo de Araújo, representante da Secretaria Estadual de Saúde, Armando Zafalão e o diretor legislativo da Assembleia, Wagner Siqueira.



Uma dos principais pontos mencionados durante a audiência pública foi referente ao sistema de regulação. Gustavo Sebba lamentou que nenhum representante do setor municipal tenha comparecido a reunião. O parlamentar disse que compreende as dificuldades financeiras dos municípios goianos, que não é um fato isolado, e que a Comissão de Saúde está à disposição para auxiliar os gestores em busca de alternativas.

Gustavo Sebba acrescentou que a saúde pública em Goiás tem um novo formato com a iniciativa do governador Marconi Perillo em implementar as Organizações Sociais (OS). “Esse sistema é exemplo para o País e foi uma visão muito assertiva do governador, pois hoje vemos a evolução nos atendimentos com as OS que vem mostrando resultados gradativos”. O deputado também defendeu o pacto federativo e a melhor distribuição dos recursos por parte do governo federal.



O parlamentar ponderou que o sistema às vezes é criticado, mas que tem mostrado em números que a realidade é diferente das críticas. O presidente da Comissão de Saúde disse que dá total apoio à otimização do sistema de regulação. “Estamos à disposição e estaremos elaborando projetos para facilitar o consórcio, por exemplo, e a regulação.”

Coordenador do Centro Operacional de Saúde do Ministério Público, o promotor de Justiça Erico de Pina Cabral afirmou que o grande gargalo identificado pelo órgão na área da saúde, atualmente, é a questão da disponibilidade de medicamentos. “O Ministério Público é parceiro dos municípios, temos feito reuniões com lideranças de várias regiões para lidar com as urgências, que são muitas.”

Erico de Pina ressaltou a importância da Comissão de Saúde e as iniciativas na área e disse que os municípios têm acumulado responsabilidades e o Sistema Único de Saúde apresentado dificuldades. Ele defendeu a relocação das responsabilidades e também mencionou sobre a ausência da regulação.



O presidente Hélio de Sousa disse que a iniciativa do deputado Gustavo Sebba é importante para o andamento da Comissão e ressaltou o compromisso do parlamentar em evidenciar o que é prioridade para a população goiana. Hélio de Sousa também ressaltou a crise dos municípios e evidenciou a disparidade entre os recursos que ficam para o Governo Federal e o que é repassado para os municípios.



O Deputado Estadual membro da CSPS Lincoln Tejota disse que a redistribuição de recursos está diretamente ligada à situação da saúde, bem

como a distribuição de responsabilidade e acrescentou que muito é cobrado pelos gestores, em contrapartida, pouco é repassado.



O Sistema de Regulação da Saúde no Estado de Goiás foi apresentado pela gerente de regulação da Secretaria Estadual, Vânia Rasmussem. Segundo Vânia, a macrorregião Nordeste de Goiás é a que tem maior demanda de atendimento e está em fase de implantação. “Essa região não possui nenhum leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva)”.



Consórcio público

Consórcio público foi proposto como solução para gerenciamento da Saúde no Estado, pelo representante da Secretaria Estadual de Saúde, Armando Zalafão. O superintendente apresentou um modelo de gerenciamento – estratégia de gestão que, segundo ele, pode e deve desafogar o sistema municipal de saúde. O maior problema, segundo Zalafão, é que, hoje, cada região faz a sua saúde de maneira aleatória, independentemente do seu poder de recurso ou tamanho do município. Como solução, ele propõe a unificação da saúde através de associativismo.

Armando Zalafão disse que os recursos da saúde nos municípios são mal aplicados, pois há demandas emergenciais. “Os municípios trabalham para apagar incêndios. Quando as outras áreas vão mal, também afeta a saúde”. A proposta, segundo ele, é a união de esforços para fazer saúde próxima do cidadão em um sistema de associativismo com promoção de ações na saúde pública, compras de medicamentos e demais iniciativas.

Assessora da Indústria Química do Estado de Goiás (IQUEGO), Luciana Paula disse que há facilidades para gestores municipais de saúde adquirirem medicamentos na empresa. “Hoje a IQUEGO facilita a licitação com agilidade e economia. Temos remédios até 30% mais baratos.”. No entanto, a assessora disse que apenas 33% dos municípios adquirem remédios da IQUEGO.



Após a explanação os secretários tiveram a oportunidade exporem as dificuldades dos municípios e a maior reclamação foi quanto à regulação, principalmente quanto à falta de transparência, além de defenderem o pacto federativo. Alguns secretários também reclamaram da falta de repasse dos recursos, porém foi um ponto que está sendo resolvido. Também foi elogiada a iniciativa do deputado em conhecer a realidade dos municípios.



